



Requerimento

O património azulejar constitui uma riqueza de valor incalculável ocupando um lugar de relevo no património histórico e artístico de Portugal, bem como no património da Humanidade, destacando-se pela qualidade e quantidade dos temas, estilos, materiais, técnicas e usos.

A sua proliferação em todo o território e a facilidade de acesso a este património colocam-no muitas das vezes em risco de furto, de degradação por incúria, ou alvo de vandalismo.

Ao longo dos últimos anos, a sensibilização para a proteção deste património secular tem tido o seu epicentro no projeto SOS Azulejo, constituído no quadro do Museu da Polícia Judiciária, que foi fundamental no apoio à criação de enquadramentos legislativos e projetos resolutivos aprovados na Assembleia da República em 2017:

- A Lei n.º 79/2017 veio interditar a demolição de fachadas azulejadas e a remoção desses mesmos azulejos sem prévia validação urbanística;
- E o dia 6 de maio foi consagrado como o Dia Nacional do Azulejo, com vista a assegurar a celebração e valorização desta arte.

Decorridos 6 anos da implementação desta nova legislação de proteção e valorização, os Deputados do Partido Socialista consideram importante fazer uma avaliação do impacto legislativo e tomar conhecimento dos novos desafios com que este património se veja confrontado, entendendo tratar-se igualmente de uma oportunidade para aprofundar o seu conhecimento sobre o trabalho do SOS Azulejo e do Museu da Polícia Judiciária.



Assim, vêm os Deputados do Partido Socialista propor uma visita ao Museu da Polícia Judiciária, alargando a iniciativa aos Deputados da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias que se mostrem interessados, vendo com especial pertinência a marcação de uma reunião com a Dr^a Leonor Sá, responsável pelo projeto SOS Azulejos.